

FLÁVIO DUTRA/JU

Incentivos cruéis



Desde o final do ano passado, 480 milhões de abelhas foram mortas no estado com suspeita de intoxicação por defensivos agrícolas

Tributação A aprovação acelerada de novos agrotóxicos pelo governo federal – de janeiro até meados de julho, 290 entraram no mercado brasileiro – fez instituições jurídicas e ambientais questionarem os incentivos fiscais que esses produtos recebem no país. Um cálculo realizado pela Defensoria Pública de São Paulo estima que o Brasil deixou de arrecadar,

no mínimo, R\$ 14,53 bilhões com a cadeia dos defensivos agrícolas em 2016, cenário que deve ter se repetido ou até crescido nos últimos anos, segundo o órgão. O volume de verba perdida com as desonerações equivale ao tratamento de aproximadamente 440 mil pacientes com câncer de pulmão, reto, cólon e mama pelo SUS. **P6 e 9**

FLÁVIO DUTRA/JU



EMPREGO

Tempos difíceis para sindicatos e trabalhadores

Enfraquecidas pelas medidas da reforma trabalhista de 2017, em especial o fim da contribuição sindical obrigatória, as entidades de classe buscam formas de driblar a redução no orçamento ao mesmo tempo em que precisam retomar o diálogo com as categorias e enfrentar as propostas para desregular as relações de trabalho. Potencializa ainda mais a complexidade dessa conjuntura, as novas configurações trazidas pelos aplicativos, caracterizadas pelo trabalhador autogerenciado, desprovido de qualquer direito e de qualquer garantia em relação à própria ocupação, assim como ocorre com Bruno Souza (foto), que faz entregas no centro de Porto Alegre. **P8 e 9**

CIÊNCIA

Criatividade na hora de fazer tecnologia livre

Criado para tornar as aulas do curso de Engenharia Física mais inovadoras, o Centro de Tecnologia Acadêmica (CTA) da UFRGS sediou, no final de julho, a 1ª Residência de Tecnologias Livres para a ciência, empreendedorismo e educação da América Latina, reunindo estudantes e profissionais de Brasil, Equador, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Segundo o professor e idealizador do centro Rafael Pezzi, “não é escondendo o jogo, querendo exclusividade, que vamos fazer o mundo de que precisamos?”. **P3**

POLÍTICAS CULTURAIS

Universidades incentivam curricularização da cultura

P10

Servidores

Pesquisa analisa impacto de cursos stricto sensu na atuação de técnicos administrativos **P4**

Ensino

Quando a arte contribui para ampliar a visão objetiva do fazer científico **P5**



Espaço da
Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

MEC propõe novo modelo de universidade

Foi lançado pelo Ministério da Educação em Brasília, no dia 17 de julho, o programa Future-se, que se configura na primeira iniciativa do atual governo voltada a Universidades e Institutos Federais. O programa traz mudanças no financiamento, e essa é a grande novidade, repassando às instituições a captação de receitas por meio de contratos com organizações sociais e alguns modelos de interação com empresas privadas. A iniciativa vai passar por um período de consulta pública, que se estende até o dia 7 de agosto.

O Future-se está estruturado em três eixos – Governança, Gestão e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação; e Internacionalização – e propõe incentivos para inovação e transferência de tecnologia, gestão dos recursos próprios, fundos imobiliários e outros, como o Fundo Soberano do Conhecimento. Ainda não é possível analisar com profundidade as implicações do plano. O fato é que a UFRGS e as demais universidades brasileiras já têm grande inserção no cenário internacional, realizam atividades de inovação e empreendedorismo e de transferência

de tecnologia, que incluem patentes diversas e captam recursos significativos. É importante ressaltar que a UFRGS sempre buscou fontes alternativas de financiamento. Em 2018, por exemplo, captou R\$ 153 milhões em recursos extraorçamentários para pesquisa, tecnologia e inovação. Esse montante é maior do que aquele que recebeu de orçamento para o custeio da Universidade. É fato que produzimos e buscamos recursos por meio do que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sabem fazer muito bem: ensino, pesquisa e extensão de alta qualidade.

Outro ponto que suscita grandes dúvidas é a proposta de que organizações sociais passem a fazer a gestão administrativa, patrimonial, de pessoal e, até mesmo, a gestão acadêmica das universidades. Da forma como foi colocada a proposta, ficam várias questões a serem analisadas, pois, no seu conjunto, confronta a autonomia universitária. Talvez esse seja o principal ponto a ser debatido no Congresso a partir do envio do Projeto de Lei. À medida que se analisa o programa do MEC, crescem as dúvidas sobre o quanto o projeto poderá efetivamente destruir a

burocracia que impede o uso de recursos próprios. No momento, porém, temos uma realidade crítica quanto ao financiamento imediato, por conta do bloqueio orçamentário de 30%, e quanto aos financiamentos de médio e longo prazos, devido à Emenda Constitucional 95, a Lei do Teto. Esses são problemas reais que colocam em risco instituições que, a partir da própria avaliação do INEP/MEC, estão entre as melhores do país, como é o caso da UFRGS.

Buscar fontes alternativas de financiamento é desejo da UFRGS, mas a forma como isso ocorrerá deve considerar cláusulas constitucionais, como a autonomia universitária, a liberdade de cátedra, o financiamento público e o ensino gratuito para a graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Entendemos a necessidade de diálogo na construção de um modelo de futuro para as IFES, mas aceitar a proposta que delega a administração, o patrimônio, a gestão de pessoas e a gestão acadêmica das universidades para organizações sociais é abrir mão do preceito mais fundamental de qualquer universidade, ao longo dos séculos, que é a sua autonomia acadêmica e de gestão.



Loja Solidária

**TRAGA A SUA
ROUPA
AO INVÉS DE LEVAR!**



UFRGS na Campanha do Agasalho 2019
Pontos de coleta: no térreo da Reitoria e nas unidades.

Carta aos leitores

Diante de um processo acelerado de mudanças na legislação promovido pelas forças que ocupam o governo federal desde 2016, são muitos os temas urgentes que precisam ser debatidos pela sociedade. Nesta edição, buscamos compreender como está a atuação dos sindicatos após o fim da contribuição sindical obrigatória, previsto na reforma trabalhista de 2017. Com reduções orçamentárias que variam entre 30% e 70%, as entidades buscam formas de retomar o contato com os trabalhadores. Nesse cenário, pesam as novas configurações das relações de trabalho trazidas pelos aplicativos, em que há mais desregulamentação e precarização, já que impera uma lógica de que trabalhador se autogerencie.

Outra área que vem sendo alvo de renovadas investidas por parte do executivo é o meio ambiente, com a qual seria esperado maior cuidado diante da crise climática. Apontamos em reportagem especial o cruzamento entre a morte de abelhas e o incentivo ao uso de agrotóxicos, com a liberação de novos produtos – foram 290 apenas neste ano – e os subsídios fiscais que os defensivos recebem, fazendo com que inúmeros impostos deixem de ser recolhidos. Destacamos a falta de transparência acerca da tributação e detalhamos os dados que estão disponíveis.

Quando tratamos do fazer científico,

é comum negligenciarmos um elemento indispensável: a criatividade necessária para se encontrar soluções e desbravar novos caminhos. Isso não significa, no entanto, que ideias jogadas ao vento possam se tornar automaticamente decisões definitivas antes de serem testadas com responsabilidade.

Ao transpor a lógica das residências artísticas para a área tecnológica, o Centro de Tecnologia Acadêmica (CTA) da UFRGS tem a proposta de ser um ambiente em que a imaginação possa fluir para que surjam ideias e descobertas. Criado em 2012, o centro nasceu com o intuito de tornar as aulas do curso de Engenharia Física mais inovadoras e práticas. Esse foi o espírito que pautou a 1ª Residência de Tecnologias Livres para a ciência, empreendedorismo e educação da América Latina, sediada pelo CTA no mês passado.

A atividade do centro reverbera um movimento recente que pretende levar a cultura de forma ampla para o interior das salas de aula – não pensá-la apenas como extensão, como atividades extracurriculares. É o que apresentamos na terceira reportagem da série sobre políticas culturais, abordando as iniciativas de curricularização da cultura na Universidade Federal do Cariri e na UFRGS. Na Universidade, relatamos a experiência

da disciplina *Fundamentos de Filosofia e História da Ciência para a Educação Científica*, oferecida no início deste ano, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas – Bioquímica.

Para aprofundar a reflexão acerca do que motivou a realização do curso, convidamos sua idealizadora, a professora Regina Guaragna, para escrever o artigo que apresentamos na página 5. Ela relata que “enquanto na ciência se trabalha objetivamente, normalizando e universalizando as informações, o fazer arte se foca no não semelhante, no diferente, ampliando as possibilidades”. Sua preocupação é o desinvestimento contemporâneo na formação humanística frente ao deslumbramento com as tecnologias – e as consequências nefastas que acompanham esse processo.

Também no quadro da formação, trazemos na página 4 o artigo de Mateus Dalmoro, que analisa o impacto de cursos *stricto sensu* no trabalho de técnicos administrativos da UFRGS. A pesquisa realizada por ele junto a servidores da Universidade mostrou o efeito positivo que a realização de mestrado ou doutorado tem para o desenvolvimento da autoconfiança, da motivação e da abertura a mudanças.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farnópolis,
Porto Alegre – RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS

Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso

Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira

Editor-assistente Felipe Ewald

Repórteres Felipe Ewald e Fernanda da Costa

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira

Diagramação Carolina Konrath

Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli

Revisão Antônio Falcetta e Cristina Thumé Pacheco

Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade

Acosta e Karoline Costa

Estagiários Andressa Marques e Méliani Ruppenthal

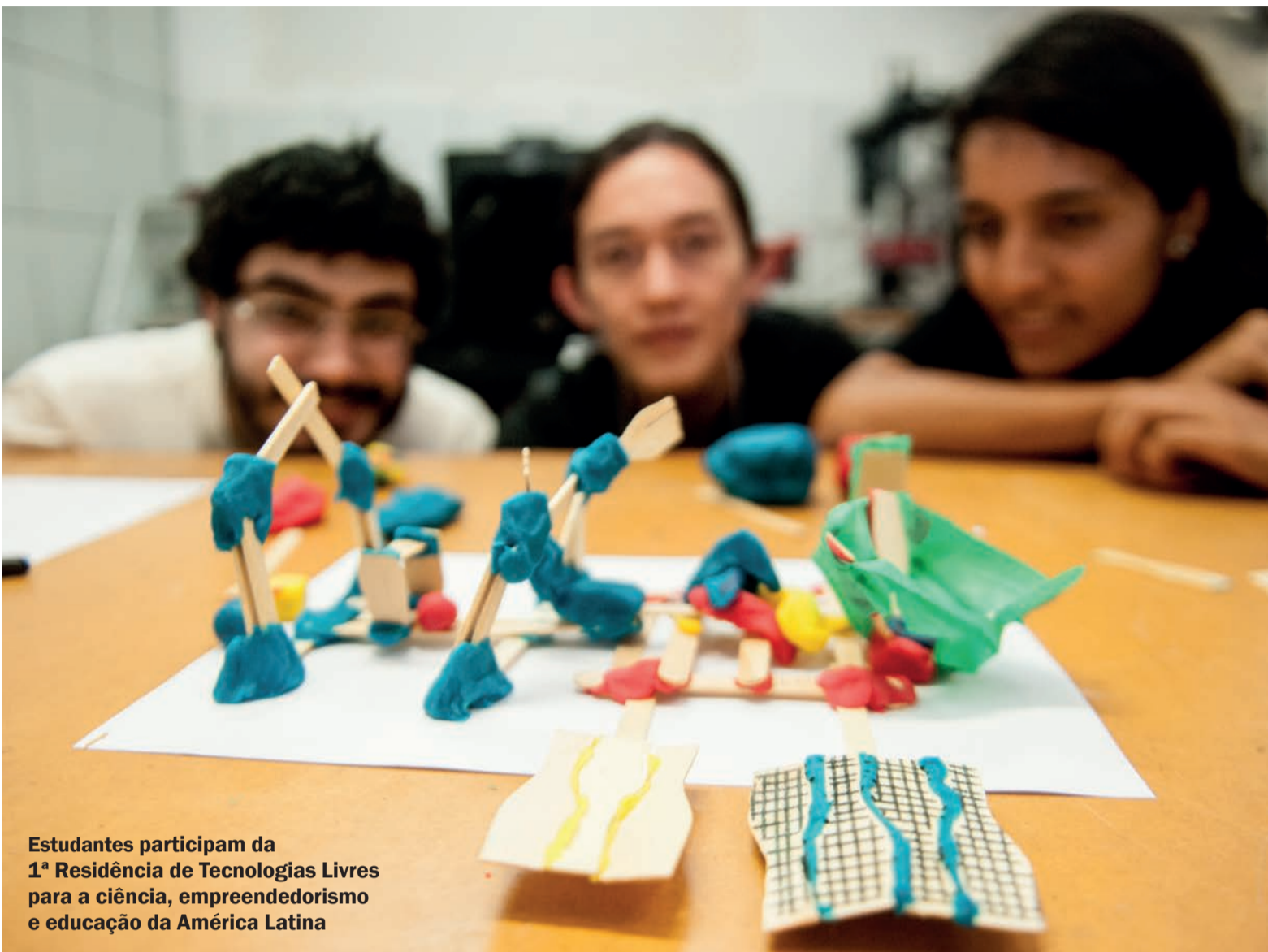
Circulação Douglas de Lima

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

 jornaldufrgs.br
ufrgs.br/jornal



FLÁVIO DUTRA/JU

Estudantes participam da 1ª Residência de Tecnologias Livres para a ciência, empreendedorismo e educação da América Latina

Criatividade na tecnologia

Ciência Centro da UFRGS promove a liberdade de criação, utilização, modificação e distribuição dos instrumentos científicos

Em um mundo ideal e fantástico, uma geringonça, até então sem nome, absorve carinho e amor e transforma-os em energia. O *FungiParlante*, outro aparato, capta os sinais biofísico-químicos de plantas para traduzi-los em palavras a partir de fungos modificados geneticamente e peças eletrônicas, a fim de que as pessoas compreendam as emoções dos vegetais. Essas e outras invenções – que são fictícias, é importante ressaltar – foram criadas com massinha de modelar e placas eletrônicas no galpão do Centro de Tecnologia Acadêmica (CTA) da UFRGS, órgão vinculado ao Instituto de Física, por estudantes e profissionais de países da América Latina: Brasil, Equador, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Eles participam da 1ª Residência de Tecnologias Livres para a ciência, empreendedorismo e educação da América Latina.

Assim como nas residências artísticas, em que os participantes dispõem de liberdade de criação em um ambiente imersivo, na ciência também é preciso deixar a imaginação fluir para que surjam ideias e descobertas. Segundo o professor de física e idealizador do CTA Rafael Pezzi, a motivação por trás dessa atividade é fazer com que os envolvidos se conheçam e treinem o objetivo principal do centro: a ciência aberta. “Eles criam uma máquina

utópica e depois precisam explicar para o restante do grupo como ela foi construída e quais materiais foram necessários. Isso é uma introdução à metodologia do CTA”, conta. Para Heloisa Oss Boll, estudante de biotecnologia da UFRGS, a Residência é o momento de fazer amigos. “É essencial saber o que outros profissionais estão estudando por aí, até porque a minha área é bastante recente no Brasil”. Dulce Alarcon, que é bióloga e mora em Cusco, no Peru, veio com a expectativa de retornar com muitos aprendizados.

Surgimento – O CTA foi criado em 2012 pela vontade de Rafael de tornar as aulas do curso de Engenharia Física mais inovadoras e práticas. “Nós temos tradição de formar físicos, não engenheiros, que geralmente utilizam os instrumentos científicos já prontos”. Com inspiração no movimento de ciência aberta – que resgata os princípios do nascimento da ciência da computação nos anos 1980, quando os usuários compartilhavam algoritmos, e a tecnologia ainda não era dominada por empresas –, os equipamentos podem ser estudados, modificados, usados e distribuídos por não cientistas. O centro também oferece oficinas, como as de eletrônica e programação, e pensa soluções coletivas para

problemas da ciência e da sociedade latina. “Um dos problemas dos países da América Latina é o tempo de entrega e o preço de algumas peças. Um cientista na Europa consegue uma peça em três dias, nós precisamos de três meses. Buscamos inovação, trabalhando com o que temos”, relata o professor.

Pedro Henrique Kopper, calouro do curso de Engenharia Elétrica, já está trabalhando no CTA para encontrar soluções que não existem no mercado. É que o Laboratório de Altas Pressões e Materiais Avançados (Lapma) da UFRGS, onde ele é bolsista, está precisando dar uma repaginada nas prensas das máquinas, as quais datam da Guerra Fria. “Elas estão falhando, e não é tudo que o laboratório consegue comprar ou encontrar. É muito específico. São prensas da Alemanha Oriental que produzem diamante sintético, por exemplo”, explica. Além da oportunidade de praticar a teoria, o trabalho dele terá continuidade. “Eu não estou desenvolvendo isso sozinho. Dois bolsistas antes de mim já tocaram o projeto. Desenvolver uma tecnologia aberta significa que daqui a 50 anos alguém pode pegar a documentação que estou fazendo e não terá que passar pelo trabalho que estou tendo.”

Outro benefício da ciência aberta é que propicia a iniciativa

cidadã. Ou seja, um professor ou qualquer outro profissional que não possui conhecimento ou interesse em programação, por exemplo, pode instigar os alunos ou colegas. “O professor apresenta, e o aluno corre atrás, porque ele tem essa possibilidade, há um manual da tecnologia”, elucida Rafael. Para ele, na conjuntura do país, é imprescindível que a ciência saia de cima do “pedestal de mármore”: “Devemos satisfação a quem paga a conta”.

É preciso, no entanto, atentar para algumas questões éticas do uso da tecnologia livre, já que é fácil conseguir acesso aos softwares e hardwares das máquinas. “Entendemos que o trabalho é aberto, damos o passo a passo de tudo que fazemos, mas isso pode fazer com que as pessoas utilizem a tecnologia livre para o mal. Por isso, debatemos também ética e direitos humanos. A ciência é subjetiva e precisa obedecer às leis”, diz. Apesar disso, segundo o professor, é necessário que as ideias se espalhem para que o mundo possa ser melhor. “Não é escondendo o jogo, querendo exclusividade, que vamos fazer o mundo de que precisamos”, argumenta.

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



CONHECENDO A UFRGS

Alimentação: um modo de amar os outros

Poucas vezes paramos para refletir sobre o que comemos. Geralmente enxergamos a alimentação apenas como um ato mecânico e não percebemos o valor cultural que há no alimento. “Cultura e comida andam juntas”, afirma a professora da Faculdade de Agronomia da UFRGS Flávia Charão. “Determinadas comidas nos remetem a determinados grupos sociais, culturas ou territórios”, completa.

O ato de se alimentar diz muito sobre nossa cultura. Diversas receitas culinárias passam de geração em geração e levam consigo hábitos de nossos antepassados, que, diante de determinado contexto social, criaram as receitas que usamos até hoje. “A preparação do alimento e da comida é um ritual, e a gente precisa valorizar esses rituais e saber observar, pois essa é uma das coisas mais importantes da convivência familiar”, diz Daniela Rodrigues, integrante da Associação Comunitária Mocambo.

Nas últimas décadas, ocorreu um processo de urbanização da sociedade e industrialização do alimento, que trouxe implicações para a vida das populações da cidade e do campo. O avanço do agronegócio sobre territórios indígenas e o uso de agrotóxicos nas plantações colocam em risco os consumidores, que ingerem cada vez mais esses produtos, e as populações indígenas, que muitas vezes são forçadas a se deslocarem de seu território de origem. “Perdemos a terra e tivemos que vir para a cidade, e aqui a gente não come aquilo que gostaria de comer”, ressalta a liderança Kaingang João Carlos Padilha.

Com inspiração na exposição *Migrações à Mesa*, promovida pelo Museu da UFRGS, o assunto desta edição do Multiponto é a alimentação e o que envolve o ato de se alimentar.

Daniel Baptista,
estudante do 5º de jornalismo
da UFRGS

Assista ao programa

O Multiponto vai ao ar dia 23 de agosto, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 23h. Também pode ser assistido na Internet, por meio do site unitv.tb.br.



Efeitos da qualificação

Mateus Dalmoro*

A crescente dinamicidade do mundo do trabalho demanda de organizações e de trabalhadores a constante necessidade de desenvolvimento profissional. No serviço público, impera o desafio de ampliar a compreensão sobre as demandas da sociedade e a capacidade de resposta institucional frente às expectativas de seus usuários. De acordo com o sociólogo e economista Philippe Zarifian, para que a competência do trabalhador seja aprimorada e manifestada, é fundamental que o profissional tenha seus recursos internos desenvolvidos (formação, experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes), mas que também conte com recursos coletivos disponíveis de responsabilidade da organização em que trabalha, como programas de qualificação e aperfeiçoamento, acesso a guias e à informação estruturada e o apoio de colegas e chefia.

Compreendendo, portanto, a importância do desenvolvimento profissional, as organizações têm destinado investimentos significativos à formação de seus profissionais. Diante de significativos volumes financeiros investidos em qualificação, é crescente o esforço de pesquisas acadêmicas em identificar os efeitos que essas ações têm produzido no contexto do trabalho.

Na UFRGS, aproximadamente 70% do quadro técnico-administrativo em educação possui educação formal acima daquela exigida para o ingresso no cargo. Nesse contexto, identificam-se estímulos tanto no âmbito do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) quanto no âmbito institucional, no qual a Universidade apoia a realização de cursos de educação formal por meio de incentivos pedagógicos, cursos customizados para atendimento de demandas universitárias e afastamentos para estudo.

Considerando as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, entre as quais é prevista a necessidade de avaliar os resultados dos investimentos realizados na qualificação de servidores públicos, e a necessidade de a própria Universidade avaliar a contribuição de seus programas de formação e de apoio ao estudo formal, em minha dissertação de mestrado pesquisei o impacto da qualificação stricto sensu no trabalho de servidores técnico-administrativos da UFRGS.

“...identificou-se que a realização de mestrado ou doutorado contribuiu positivamente para o desenvolvimento da autoconfiança, da motivação e da abertura a mudanças.”

Mateus Dalmoro

Foram analisados 211 questionários, o que representa 59% do total de técnicos administrativos que realizaram cursos de mestrado ou doutorado entre 2014 e 2017. Por meio deles, busquei identificar mudanças no comportamento do servidor, no contexto de seu trabalho, associadas à realização de cursos stricto sensu, além de averiguar o suporte oferecido pela instituição para que

a aprendizagem se manifeste em forma de competência no trabalho e produza impactos no comportamento do servidor. Foram considerados suportes o apoio da chefia e da equipe de colegas, além das condições materiais.

O impacto da qualificação no trabalho foi analisado em termos tanto operacionais como comportamentais. No que diz respeito ao impacto operacional, os cursos stricto sensu contribuíram positivamente para a minimização de erros, a maior agilidade e qualidade dos fazeres quando as competências aprendidas nos cursos foram utilizadas no trabalho. Já em termos comportamentais, identificou-se que a realização de mestrado ou doutorado contribuiu positivamente para o desenvolvimento da autoconfiança, da motivação e da abertura a mudanças. A análise identificou ainda a importância do papel da chefia de criar oportunidades (e um ambiente de trabalho) que favoreçam a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos em cursos stricto sensu para que mudanças operacionais e comportamentais sejam potencializadas no trabalho do servidor.

Foi nos cursos de doutorado que se apresentaram os maiores índices de desempenho em termos de impacto operacional e comportamental, com diferenças significativas quando comparados aos dos cursos de mestrado. Já em relação aos cursos de mestrado não foram encontradas mudanças expressivas entre as modalidades acadêmica e profissional em relação aos impactos operacional e comportamental, indicando que, para a amostra em questão, a modalidade do curso não influencia as intervenções no trabalho.

Em relação à aplicabilidade das pesquisas ao trabalho do servidor, 81% dos respondentes indicaram que suas pesquisas estavam relacionadas diretamente com o seu trabalho na Universidade, sendo que 34% já as aplicaram e 20% estavam com a sua aplicação em desenvolvimento. Quando questionados

sobre a possibilidade de replicar os resultados de suas pesquisas para outros setores da UFRGS, 78% dos respondentes acreditam que seus estudos podem ser compartilhados e utilizados por outros setores da instituição.

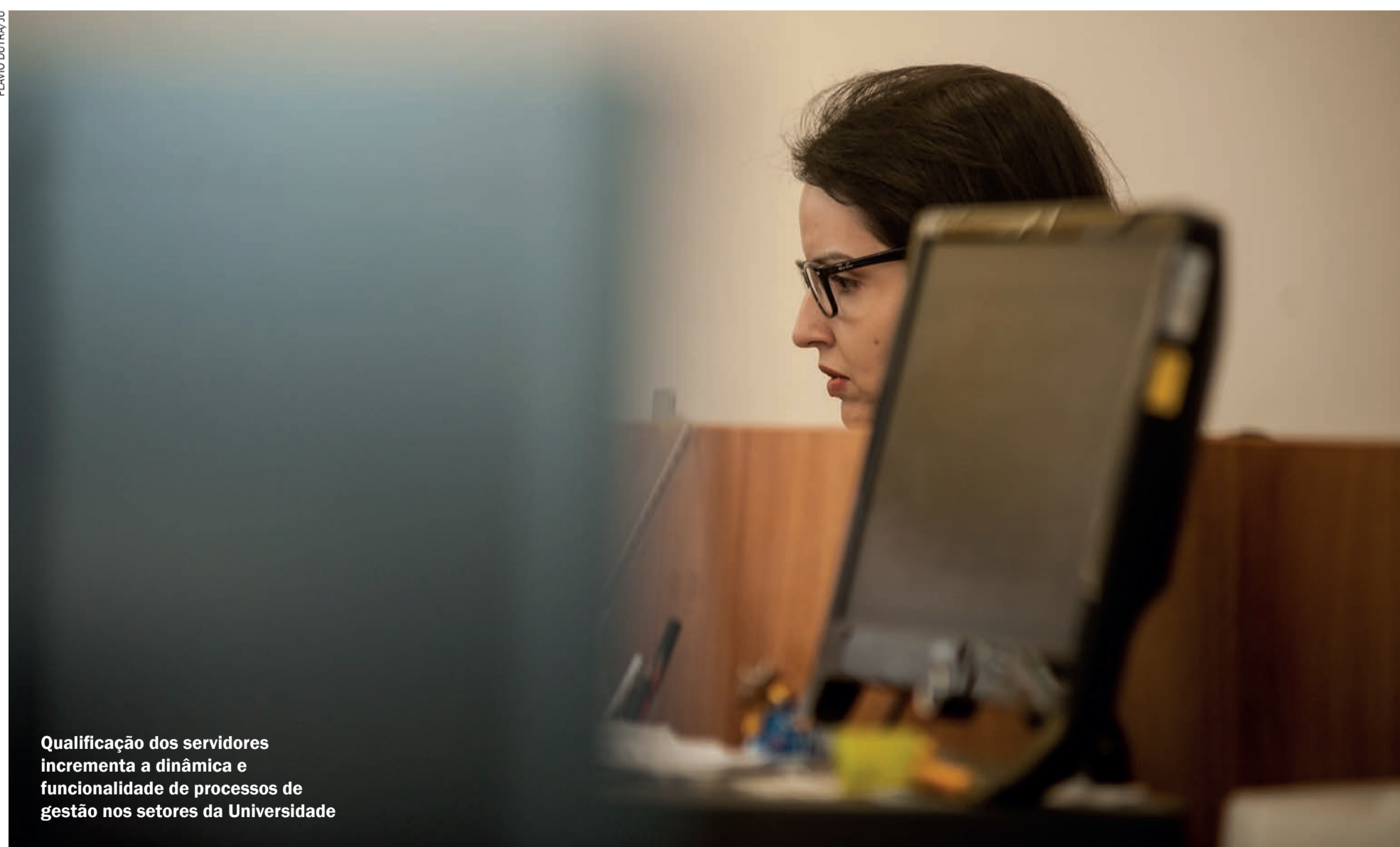
Identificou-se, ainda, que, quanto maior o estágio de aplicação das pesquisas (não iniciada, em desenvolvimento e já aplicada), maior seu impacto no comportamento do trabalhador, com diferenças significativas entre esses estágios.

Os afastamentos parciais ou totais para a realização de cursos stricto sensu demonstraram associação significativa com pesquisas aplicadas diretamente ao trabalho do servidor. Uma hipótese para esse resultado é a de que a percepção positiva de apoio institucional, traduzido em melhores condições de tempo para estudo do trabalhador, relacione-se com a sua disposição para a realização de pesquisas aplicadas ao trabalho, caracterizando uma espécie de contrapartida do trabalhador para com a instituição.

Pode-se afirmar que a pesquisa quantitativa indicou que cursos de mestrado e doutorado contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao contexto moderno de trabalho e que produzem positivos impactos operacionais e comportamentais na atuação de servidores públicos não vinculados à carreira docente, como os servidores técnico-administrativos em educação. Ainda, identifica-se alto grau de comprometimento dos respondentes com a Universidade, ao buscarem realizar pesquisas acadêmicas alinhadas a demandas institucionais e de aplicabilidade direta ao seu trabalho. Tais resultados ratificam a relevância de programas institucionais que estimulem a educação formal de alto nível.

*Mestre em Engenharia de Produção UFRGS - Gestão de Operações em Universidades Públicas Federais

FLÁVIO DUTRA/JU



Qualificação dos servidores incrementa a dinâmica e funcionalidade de processos de gestão nos setores da Universidade



FLAVIO DUTRA/JU - FEV. 2009

Obra de Paul Kos, *Sounds of Ice Melting*, 1970, em exposição no museu Guggenheim, em fevereiro de 2009

A cilada da ciência

Regina Maria Guaragna*

Da mesma forma que Bruno Latour foi surpreendido com a pergunta “Você acredita na realidade?”, feita por um colega psicólogo, o mesmo aconteceu comigo ao iniciar a leitura de seu livro *A esperança de Pandora*. Até então, sempre movida pela necessidade de conhecer e exercendo a ciência como pesquisadora, não imaginava o quão séria era essa pergunta antes de ser tomada pelas reflexões de Latour. A distância era tão grande entre o que acreditava pelos estudos científicos e o que significava aquela pergunta, que passei a pesquisar mais. Como o sujeito pode estar absoluta ou relativamente seguro sobre o conhecimento de um objeto do mundo exterior?

Sempre impulsionada pela curiosidade e paixão em conhecer, fui à busca de outras visões de mundo, fora da atividade acadêmica científica, para além dos estudos do metabolismo de lipídios. À medida que percorria estradas diferentes – cinema, teatro, dança, pintura, escultura, fotografia, poesia –, novos mundos surgiam com suas múltiplas expressões artísticas. O universo de conhecimento se expandia, pois, enquanto na ciência se trabalha objetivamente, normalizando e universalizando as informações, o fazer arte se foca no não semelhante, no diferente, ampliando as possibilidades. Então perguntei-me: o conhecimento científico reflete a natureza tal como ela é? Não estaremos subestimando informações? Como discernir com um pressuposto de veracidade sobre um estado de coisas, visto que a ciência, por

ser reducionista, mostra a “realidade” através de um prisma? Logo veio a resposta: precisamos perceber o mundo por meio de diferentes conexões de saber. Precisamos obter o máximo de relações. Porém, para tanto, é preciso alterar nossa postura diante do processo de busca do conhecimento.

De mesma forma que o artista se utiliza da ciência para expressar sua realidade ficcional, o cientista deve ou deveria fazer uso de sua emoção para, através da livre associação e da livre criação, buscar a realidade objetiva. Todo o conhecimento produzido pelo artista ou pelo cientista ocorre no domínio da experiência relacional, que se dá pela linguagem, num fluir de emoção, provocando ação e transformação, trazendo múltiplos desdobramentos para e pelo homem.

Conhecer não é apreender algo que está lá, esperando para ser revelado, mas apreender, em coexistência com o outro, algo em transformação. Assim, conhecer é fazer-se na relação com, é nos complexarmos com o mundo. Ao conectar a arte à realidade, impregnamos as relações para além da identidade. E isto não implica menos rigor científico, ao contrário, exige mais empenho em dar forma ao real com argumentos consistentes. A arte permite criar coisas que “podem ser” e que “não devem ser”; por isso, desenvolve ideias ou hipóteses livremente associadas, de forma criativa, que levam à obtenção e ao estabelecimento de um resultado novo.

Nessa trajetória, passei a me questionar: como estamos educando os futuros seres deste planeta? No século XX, operamos de acordo com paradigmas inscritos cultu-

ralmente, seguindo modelos explicativos, lógicos, dentro de um regulamento normalizador. Isso nos levou ao conformismo cognitivo e intelectual, à regulação e à ordem, além da colonização cultural.

“O cientista deve ou deveria fazer uso de sua emoção para, através da livre criação, buscar a realidade objetiva.”

Regina M. Guaragna

Queremos o mesmo no século XXI? Já se passaram dezenove anos! Quando teremos uma educação emancipatória? No mundo contemporâneo, a ciência e a tecnologia têm provocado deslumbramentos, a tal ponto que a sociedade passou a não investir na formação humanística. Essa postura tem ameaçado a formação ética dos cidadãos, a liberdade de pensamento, a tomada de decisão e o pensamento crítico, todos necessários para o desenvolvimento emancipatório da sociedade. Urgem as teorias e os estudos inter e transdisciplinares saírem dos seus arquivos!

Nesse impulso, a disciplina *Fundamentos de Filosofia e História da Ciência para*

a Educação Científica – Módulo I: Ciência e Arte, o elo perdido na educação foi esboçada como uma obra de arte (diga-se de passagem, com nome de batismo tão longo quanto o das realzas) e começou a ser esculpida a partir de uma pedra bruta. Foi gerada a partir de uma desconformidade ideológica que aos poucos foi desconstruindo paradigmas. Como uma reação em cadeia, esperava desconformar os 44 pós-graduandos inscritos, provenientes de diferentes programas de pós-graduação da área da saúde, das ciências, da educação e das artes. Foram trinta horas de integração e troca de saberes de diferentes campos, gerando debates e discussões sobre diversos temas filosóficos, educacionais, políticos e sociais.

A obra, porém, não está acabada. Logo será ofertado o módulo II, que tratará da educação científica na pós-modernidade. Atualmente, vivemos num tempo de adversidades, em que o ser humano sofre influências de uma sociedade que não pensa em si, mas que precisa encontrar novas saídas e sentidos para a condição humana. Por meio da filosofia e de múltiplos saberes, pretendemos enriquecer, com sua força emancipadora, o potencial transformador do ato de pensar.

Para reflexão utilizo a poesia de Manuel de Barros: “As coisas não querem ser mais vistas por pessoas razoáveis: / Elas desejam ser olhadas de azul”.

*Professora do PPG em Ciências Biológicas: Bioquímica e do Departamento de Bioquímica da UFRGS

Paraíso do veneno

Incentivados pela estrutura tributária, defensivos podem ser responsáveis pela morte de aproximadamente 480 milhões de abelhas no Rio Grande do Sul desde o final do ano passado

Tributação Subsídios para os agrotóxicos podem superar R\$ 14,53 bilhões por ano, o que equivale a R\$ 70 por habitante. Desde janeiro, 290 novos produtos foram autorizados pelo governo federal

Fernanda da Costa

A liberação acelerada de agrotóxicos no mercado brasileiro – desde janeiro, 290 foram aprovados, 51 deles no dia 22 de julho – fez instituições públicas e ambientais levarem ao centro do debate os incentivos fiscais que esses produtos recebem no país. Um cálculo realizado pela Defensoria Pública de São Paulo aponta que o Brasil deixou de arrecadar no mínimo 14,53 bilhões de reais com a cadeia dos defensivos agrícolas em 2016, cenário que deve ter se repetido ou até crescido nos últimos anos, segundo o órgão. A verba perdida com as desonerações equivale ao tratamento de aproximadamente 440 mil pacientes com câncer de pulmão, reto, cólon e mama pelo Sistema Único de Saúde, conforme dados de 2016 publicados pelo Observatório de Oncologia.

Responsável pelo levantamento das desonerações, o defensor público Marcelo Carneiro Novaes explica que está, desde 2015, “abrindo as caixas-pretas” de subsídios aos agrotóxicos no país e ainda não conseguiu todos os números. A falta de dados públicos, a pouca transparência dos órgãos e a complexa natureza tributária do Brasil contribuíram para dificultar a soma, praticamente inacessível à população. “Nenhum órgão tem essa conta. Mandeí ofício para a Receita Federal, e disseram que não acompanham a desoneração, a que chamam de gasto tributário. O Tribunal de Contas da União (TCU) chama de renúncia fiscal e só tem os dados de PIS/Cofins

[impostos que incidem sobre a receita bruta das empresas e têm o objetivo de financiar a seguridade social]”, reclama o servidor.

Além disso, os diferentes termos usados para os subsídios acrescentam uma barreira extra ao acesso à informação. “É como se tivéssemos parte dos dados em aramaico, outra em mandarim e outra em uma língua maia extinta. Se você não tem um conhecimento prévio das palavras que são utilizadas, não consegue resposta. Cada secretaria da Fazenda pode chamar de uma coisa, a Receita de outra e o Tribunal de Contas de outra. Os termos não são unívocos para confundir mesmo”, desabafa Novaes.

Apenas para descobrir o quanto o estado de São Paulo deixou de arrecadar com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incidiria sobre os defensivos agrícolas – produtos que recebem, há 22 anos, redução de 60% da base de cálculo do tributo por causa do Convênio n.º 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) –, o defensor público encaminhou mais de 20 ofícios às repartições fazendárias. Demorou um ano para ele fechar a conta. “Em São Paulo, o convênio do Confaz foi de 400 milhões de reais em 2016, só que outros 800 milhões de reais se referem a perdas financeiras de crédito não estornado, que é de contabilidade financeira. Ou seja, [a desoneração total de ICMS] foi de 1,2 bilhão de reais”, afirma. A estimativa é que, em todo o país, os estados deixem de arrecadar anualmente algo

próximo a 4 bilhões de reais de ICMS em razão do regime especial para os agrotóxicos.

“Se você quer saber quem manda no país, olhe a legislação fiscal.”

Marcelo Novaes

Ação na Justiça – Além da redução da base de cálculo do ICMS, alguns defensivos agrícolas têm isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), autorizada pelo Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011. Ambas as normas são questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 5.553, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016. “Verifica-se que as isenções confrontam o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado, o direito à saúde e violam frontalmente o princípio da seletividade tributária, posto que realizem

uma ‘essencialidade às avessas’, ou seja, contrária ao interesse público”, argumenta a sigla na petição inicial.

No documento de 44 páginas, o partido reúne estudos científicos que relacionam os agrotóxicos com diversas doenças, entre elas o câncer, e apontam a presença desses venenos na água e nos alimentos. “Ao tempo que o Estado incentiva o uso intensivo dessas substâncias, não estrutura devidamente suas instituições para realizar o efetivo controle e monitoramento. Ademais, essa forma de incentivo afronta as diretrizes do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e, principalmente, do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), que explicitamente recomenda o fim das renúncias fiscais para os agrotóxicos”, informa a ação.

Advogada popular da ONG Terra de Direitos, que atua como amicus curiae – figura da entidade externa à ação que serve de fonte de conhecimento sobre o assunto – no processo ao lado da Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, da Fian Brasil e da Associação Brasileira de Agroecologia, Naiara Bittencourt afirma que as entidades esperam que o STF convoque uma audiência pública para debater o tema. “As pessoas não querem mais ser envenenadas e ter a água contaminada. O Ministério da Agricultura (Mapa) deve investir em políticas públicas e crédito rural para a agroecologia, e não para acelerar essas liberações de novos agrotóxicos”, afirma.

Após a aprovação de 51 novos produtos no dia 22 de junho, em uma notícia no site do Mapa, o secretário de Defesa Agropecuária do órgão, José Guilherme Leal, declarou que “há uma avaliação criteriosa do registro de agrotóxicos no Brasil, que é feita com muita seriedade pelos órgãos envolvidos”. Além disso, prometeu que o ministério vai atuar mais fortemente na fiscalização do uso dos produtos. “A partir do momento que você melhora a análise, é natural que você tenha um número maior de concessões”, completa. O órgão também afirma que o número superior de produtos liberados não significa o maior uso de defensivos, que depende da “existência ou não de pragas, doenças e plantas daninhas”.

Articulador de uma audiência pública sobre a estrutura tributária dos agrotóxicos que ocorreu no final de junho, em Brasília, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Marco Antonio Delfino de Almeida afirma que o direito dos produtores de aplicarem os venenos termina no momento em que esses produtos vão para a água e para os alimentos, causando prejuízos à saúde. “É um problema de todo mundo. Temos uma agricultura cuja estrutura não é compatível com os riscos a que estamos expostos”, argumenta. Segundo ele, muitos produtores aplicam agrotóxicos de forma preventiva, não apenas quando há pragas na lavoura, como alega o Mapa. “Eu não posso confiar na famosa racionalidade humana. Você pode informar que o

Paraquat (herbicida) está associado ao Mal de Parkinson e ao câncer, mas, mesmo assim, vai ser comprado e usado”, aponta.

Naiara alerta também que essas aprovações vão onerar ainda mais o país, que precisa aumentar a arrecadação. Citada na ADI n.º 5.553, uma pesquisa de doutorado defendida na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Paraná, atestou que, para cada 1 dólar gasto com a compra dos agrotóxicos naquele estado, 1,28 dólar é gerado em custos de saúde apenas para casos de intoxicação. “Haverá mais gasto com saúde e com a reparação do dano ambiental. A taxa progressiva é uma questão de justiça”, completa. A ação aguarda a relatoria do ministro Edson Fachin.

Oásis tributário – A ADI serviu para chamar a atenção ao tema, segundo Novaes, mas não trará grande efeito caso aprovada, por tratar apenas de dois tributos. Os subsídios aos agrotóxicos envolvem outros impostos e facilidades na estrutura tributária, fazendo do Brasil um oásis para quem quer produzir alimentos com veneno. “Se você quer saber quem manda no país, olhe a legislação fiscal. A gente vê todo um sistema que mantém essa relação de país dependente do agronegócio exportador de matérias-primas. E o agrotóxico é a droga que alimenta o agronegócio”, afirma o defensor público.

Para explicar o quão “mamão com açúcar” é a estrutura tributária para o agronegócio e para os agrotóxicos, Novaes classificou os subsídios em quatro categorias: tributários, financeiros, creditícios e variáveis. No cálculo de 14,53 bilhões de reais em desonerações que elaborou, ele diz que incluiu apenas uma parte dos subsídios tributários por causa da dificuldade de acesso aos dados. Entraram na conta estimativas das desonerações de ICMS, Imposto de Importação (II), IPI e PIS/Cofins, que somaram 8,53 bilhões de reais, e a dedutibilidade integral dos agrotóxicos do imposto de renda dos produtores, tanto para pessoa física como para pessoa jurídica, projetado em 6 bilhões de reais.

Embora alguns sites afirmem que o Brasil deixou de arrecadar 2 bilhões de reais em 2018 com as “isenções” aos agrotóxicos, Novaes alerta que esse número tem relação apenas com um tributo. “Esse dado partiu de um relatório do TCU que fala só do PIS/Cofins. E também não é isenção. Isenção é quando você não aplica tributo em decorrência de uma lei. No caso dos agrotóxicos, o termo correto é subsídio”, completa. A Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) defende, no entanto, que os agrotóxicos “auxiliam os agricultores a cultivar mais alimentos com menos terra, protegendo as culturas contra pragas, doenças e plantas daninhas, bem como aumentando a produtividade”. Ainda conforme a entidade, sem os defensivos, mais da metade das culturas seriam perdidas.

Vantagens não calculadas – Entre os subsídios financeiros, conforme Novaes, estão repactuação de dívidas, perdão e anistia. “Vira e mexe vemos uns pacotes de anistia para o agronegócio tramitando em assembleias legislativas ou no Congresso. Como em média 16% do custo [de produção] é para defensivos, em uma dívida de 1 bilhão de reais, por exemplo, tirando

juros e multas, 160 milhões de reais representam os agrotóxicos”, afirma.

Já os subsídios creditícios, de acordo com o defensor público, são os programas como o Plano Safra, que têm juros subsidiados. A fatia desses subsídios que seria usada para financiar os agrotóxicos segue a mesma lógica do custo de produção: como os agricultores gastam em média 16% com os defensivos, esse mesmo percentual do que for subsidiado por meio desses programas seria para os venenos. Já entre subsídios variáveis, de acordo com Novaes, estão verbas públicas destinadas às pesquisas que desenvolvem os agrotóxicos.

Propostas – Marco Antonio Delfino de Almeida, procurador do MPF, aponta o conjunto de três iniciativas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil: sobretaxação, fiscalização e pressão do consumidor. Sobre a taxa, ele cita como exemplo o modelo da Dinamarca, país em que a tributação é proporcional à toxicidade do produto, o que contribuiu para uma redução substancial no uso dos venenos. “Temos que proteger o consumidor dele mesmo, assim como no caso do cigarro. Essa taxa vai motivar os produtores a optarem pelos produtos biológicos, o que vai reduzir o impacto ambiental e o impacto na saúde humana”, projeta.

Outro ponto é avançar no direito do consumidor. “Devemos saber o nível de agrotóxico que cada produto tem, mesmo que esse nível seja aceito pelos órgãos de fiscalização. O consumidor vai ser o elemento-chave nesse processo”, completa.

Naiara defende, além da taxa, incentivos para a agroecologia. Nesse sentido, o professor da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) Alberto Bracagioli Neto cita que, atualmente, experiências de sucesso financeiro têm mostrado que é possível produzir, inclusive em maior escala, alimentos e commodities orgânicos. “Temos no Rio Grande do Sul a maior área contínua de plantação de arroz orgânico, e pude conhecer uma lavoura de soja orgânica de 300 hectares em Vacaria, que é exportada para o mercado europeu a um preço mais alto do que a soja não orgânica”, afirma. Segundo o docente, a agregação de renda dos orgânicos em relação ao mercado convencional é de 10% a 30%, dependendo do produto e da oferta, e a caminhada para a produção sem agrotóxicos é um processo irreversível, porque o público está olhando a alimentação como saúde, não apenas como custo. “Na Região Metropolitana de Porto Alegre, já temos mais de 40 feiras orgânicas”, completa.

Já Novaes afirma ainda que o caminho mais eficaz para a diminuição do uso dos venenos é a revogação da Lei Kandir, que isenta o ICMS da exportação de bens primários. “Se você não revogar essa lei, perde muito da possibilidade de interferir nesse jogo”, argumenta, ressaltando que mais de 80% dos agrotóxicos usados no país são para culturas de exportação, como soja e milho.

Acima, favos com abelhas mortas. Ao lado, imagens da produção do apicultor Nelson Vuaden

Abelhas intoxicadas

Responsáveis pela polinização de cerca de 70% das espécies alimentícias de importância global, as abelhas estão sendo cada vez mais envenenadas por agrotóxicos. Cerca de 480 milhões morreram entre o final do ano passado e o início deste ano no Rio Grande do Sul, de acordo com estimativas das associações de apicultores e pesquisadores. Conforme o coordenador do Laboratório de Apicultura da UFRGS e professor da Faculdade de Agronomia Aroni Sattler, das 37 amostras estudadas pela instituição em parceria com uma empresa privada, cada uma com cerca de 100 gramas de abelhas mortas, 22 (60%) apontaram que as polinizadoras foram mortas pelo fipronil, inseticida usado na soja. As outras 12 (32%) amostras estavam em estado avançado de decomposição e não puderam ser analisadas devidamente, mas o histórico das mortes corresponde aos relatos de intoxicação pelo produto. As três (8%) amostras restantes não apresentaram diagnóstico.

Desde 2006, quando um apicultor que alugava abelhas para polinizar macieiras perdeu 1,2 mil das 2,4 mil colmeias que tinha, o Laboratório de Apicultura vem recebendo relatos de morte das polinizadoras por suspeita de intoxicação por agrotóxicos, o que se ampliou com a entrada de novos produtos no mercado e com o crescimento das áreas de soja no estado. Em 2009, segundo Sattler, um apicultor de Cachoeira do Sul, vizinho de uma lavoura de soja, perdeu um apiário inteiro e pagou do próprio bolso as análises (atualmente em torno de R\$ 700 por amostra) que comprovaram a morte das abelhas por agrotóxicos. “Até meados de 2011, apenas uma empresa tinha patente do fipronil e indicava a aplicação nas sementes de soja. Depois que a patente expirou, outras empresas passaram a produzir e a indicar a aplicação na parte aérea da planta, o que contribuiu para o aumento da mortandade das abelhas”, explica o docente.

Outros fatores que ameaçam essas polinizadoras, de acordo com o pesquisador, são a pulverização aérea e o uso de novos equipamentos pulverizadores capazes de criar partículas muito finas dos defensivos, que são mais facilmente levadas pelo vento. A aplicação de agrotóxicos pode matar abelhas em uma área de 3 km no entorno da lavoura. “A expansão da soja para todos os cantos do estado tem ameaçado as abelhas por causa do uso dos agrotóxicos. Não existe mais um zoneamento agrícola, há soja na área Central, na Fronteira e, inclusive, estão secando banhados para plantar em áreas tradicionais de arroz”, afirma Sattler.

Presidente da Associação Gaúcha de Apicultores (AGA), José Luiz Santarém reclama que, atualmente, o uso de agrotóxicos nas plantas não segue mais o manejo integrado de pragas – prática que analisa a viabilidade econômica da aplicação conforme o número de espécies que podem causar perda na lavoura e a estimativa de dano financeiro –, mas acontece preventivamente.

Sattler lembra que as abelhas precisam ser preservadas pela importância que têm na manutenção da biodiversidade. “Os polinizadores afetam a produtividade. Esse pessoal investe em um monte de insumos, adubos, máquinas e aplicação aérea, mas esquecem de proteger as abelhas, que, em muitos casos, são responsáveis pela produção. Se não tem abelha, não dá maçã, por exemplo”, alerta.

O apicultor Nelson Vuaden, 54 anos, perdeu 150 das mil colmeias que tinha no final do ano passado. “Não dá para ir contra a natureza, esses venenos que irão beneficiar as lavouras hoje serão prejudiciais no futuro”, lamenta.

Além do fipronil, os inseticidas neonicotinóides e os herbicidas, entre eles o glifosato e o 2,4-D, aplicados nas lavouras de soja, também prejudicam as abelhas. Em fevereiro, depois que o 2,4-D causou danos em 68 lavouras de uva, oliva, maçã, azevém e milho, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do estado montou um grupo de trabalho que elaborou as Instruções Normativas 05/2019 e 06/2019. A primeira estabelece o Termo de Conhecimento de Risco e de Responsabilidade, documento que comprova a ciência do produtor sobre os riscos dos agrotóxicos hormonais. A segunda determina regras para o cadastro dos aplicadores de produtos agrotóxicos hormonais e a necessidade de o produtor prestar informações sobre o uso do produto.

Apesar dessas novas regras, Santarém afirma que a solução seria investir em pesquisa e extensão rural para oferecer alternativas de controle de pragas mais sustentáveis e mais rentáveis aos agricultores. “Se alguém disser a um agricultor para produzir sem agrotóxico hoje, ele vai perguntar o que ganha com isso. A pesquisa tem que mostrar os caminhos, seja pelas universidades ou pela Embrapa. Pode até ter um subsídio para bancar isso, como juros menores”, defende o apicultor.

► Confira em www.ufrgs.br/jornal um infográfico que explica como morrem as abelhas



Momento de turbulência

Sindicalismo

Em um cenário que alia desemprego com novas formas de trabalho, o movimento sindical brasileiro busca formas de sobreviver

Para que serve um sindicato? Quem representa? Qual a perspectiva do movimento sindical no Brasil? Em um panorama de altos índices de desemprego e informalidade, aliado a mudanças profundas na legislação que regula as relações de trabalho, inúmeras questões se levantam sobre a representação do trabalhador e a articulação entre direitos e emprego.

O argumento de que a redução de direitos trabalhistas traria mais empregos – uma bandeira levantada com destaque pelo governo federal eleito em 2018 – ganhou força e repercussão na sociedade com a crise econômica e política que assola o Brasil

nos últimos anos e se constitui um viés que incita a desregulamentação das leis trabalhistas num contexto histórico afeito ao liberalismo, segundo análise do professor Fernando Coutinho Cotanda, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. “A partir dos anos 1970, o capitalismo sofreu uma crise muito grande de lucratividade.” A busca por saídas para essa crise, de acordo com o docente, foi o processo conhecido como ‘reestruturação produtiva’: as empresas lançaram mão de recursos inovativos na produção e nas relações de trabalho.

“Junto às modificações tecnológicas e organizacionais,

as vitórias políticas do campo liberal ou ultraliberal nos anos 1980 – como na Europa e nos EUA – fragilizaram a posição dos sindicatos, pois de suas agendas constava um processo de desregulamentação das relações de trabalho. Então, desde aquela década, está em curso no mundo um pensamento hegemônico que busca desregular as relações de trabalho e inverter o polo protetivo – antes do lado do trabalhador e agora parece que quem tem que ser protegidas são as empresas, pois são geradoras de emprego.”

Esse viés, em parte freado no Brasil do início dos anos 2000 com as vitórias eleitorais da esquerda e do movimento sindical, agora ganha força no país, de acordo com a análise de Cotanda. “Eu diria que o movimento sindical brasileiro está se fragilizando. Se pegarmos a história do movimento sindical e fizermos um paralelo com a abertura política do Brasil pós-ditadura militar, o que percebemos é que houve um ascenso do movimento sindical e também das forças partidárias de esquerda. Neste momento em que vivemos um período especial pós-golpe, essas forças estão se fragilizando, e os sindicatos junto, porque a imagem do movimento sindical brasileiro é muito associada ao Partido dos Trabalhadores. Quando surgem o mensalão e outros escândalos políticos, fragiliza-se a imagem das centrais sindicais.”

A análise é compartilhada por Cláudio Correa, diretor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (Sindec-POA) e integrante da direção da Força Sindical no Rio Grande do Sul. Atuando há 28 anos como dirigente, avalia que, para o sindicalismo, o período atual é um dos mais difíceis que já presenciou. “Os políticos brasileiros acham que todo movimento sindical é petista, mas estão extremamente enganados. Na Força Sindical, temos gente do PC do B, Democratas, PSDB, PT, tudo que é partido, porque os trabalhadores são plurais. A visão de que o movimento sindical é petista nos traz prejuízo, porque os erros e atos irresponsáveis dos governos de esquerda abriram uma porta enorme para o ataque às instituições. Hoje existe na sociedade esse entendimento de que as instituições, como as universidades, por exemplo, são manipuladas pela esquerda. E está bem claro que este governo não considera seu maior adversário o PT, mas o movimento sindical brasileiro.”

A confusão entre movimento sindical e partidos de esquerda atinge também o trabalhador, segundo Cláudio. Para resolver esse quadro, a aposta não é nenhuma novidade: trabalho de base – uma frente de atuação que sofreu grande impacto com as medidas aplicadas pela reforma trabalhista de 2017. “O trabalhador não se sindicaliza pela causa, mas por interesse social. Oferecíamos ao comerciante auxílio odontológico e jurídico, creche, colônia de férias... Tudo isso foi encerrado, porque nosso orçamento caiu em cerca de 70% após a reforma. Imagine uma estrutura que recebe 20 milhões de reais por ano e de uma hora pra outra precise conviver com 5 milhões ou menos.”

Um dos maiores símbolos do movimento sindical no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirma ter sofrido um impacto menor, muito em função de contar em seus quadros com um expressivo número de sindicatos de servidores públicos, categoria que tem os maiores índices de filiação. O presidente da regional gaúcha da CUT, o metalúrgico Claudir Nespolo, lembra que a entidade historicamente foi contrária à obrigatoriedade da contribuição e aponta que a alternativa para contrabalançar a redução do orçamento foi investir nas filiações. “Sempre defendemos que o sindicato de luta tem que associar o trabalhador, convencê-lo de que é importante pagar para ter um instrumento de defesa. Individualmente, ele não vai conseguir resolver os grandes problemas, por isso tem que se juntar e defender a entidade. Então, se a entidade tinha muito sócio, dependia menos do imposto.” A Central estipula em cerca de 30% a média de redução do orçamento de seus filiados. A orientação foi de que o corte fosse feito essencialmente em estrutura para se manter o máximo do poder de articulação política.

Perspectivas – O futuro da mobilização sindical é incerto, até porque o cenário do presente ainda não foi completamente compreendido pelas entidades, segundo análise de Cotanda. Além dos obstáculos financeiros, há um desafio que o professor considera mais importante: o de se reinventar. A aposta para manter o sindicalismo atual deve ser de incorporar pautas modernas. “O número de entidades sindicais no Brasil é altíssimo, mas o índice de trabalhadores formais sindicais



Categories do setor privado, como comerciários, calculam em até 70% a redução no orçamento com as mudanças na contribuição sindical



A procura por trabalho por aplicativos cresce exponencialmente no cenário de desemprego e informalidade

lizados é baixo. Isso significa que os sindicatos se mobilizam mais para criar entidades cujos trabalhadores estejam formalizados, porém têm uma dificuldade imensa de ir na direção dos trabalhadores que não estão formalizados. Essa é a mudança de curso que o movimento tem que fazer se quiser sobreviver. E agora as entidades dos trabalhadores se defrontam com uma nova pergunta: 'Pra que serve o sindicato?'. Terão que tentar convencer os trabalhadores a aderirem a um sindicato, e surge uma série de outras complicações. Por que o sindicato ainda é predominantemente patriarcal, controlado geralmente por homens de 30, 40, 50 anos? Terão, portanto, que ir em direção aos jovens, ter uma discursividade que consiga torná-los sujeitos, assim como as mulheres, afora toda uma pauta identitária que ficava fora da discussão sindical", analisa o docente.

Outro nó a se solucionar diz respeito às novas formas de trabalho. A CUT realiza em 2019 seu 13.º Congresso Nacional e, segundo Claudir, foca a reflexão na modernização do sindicalismo. "O ponto principal [do encontro] não é a resistência aos ataques – o que também está previsto –, mas quem representamos. Porque o aumento da terceirização na reforma trabalhista, junto com o trabalho em casa, a uberização, o trabalho por conta própria, os Microempreendedores Individuais (MEI) – tudo isso gera uma classe trabalhadora fragmentada ao máximo, que nem sabe onde está o patrão. O atual padrão sindical exige que se saiba quem é o patrão e onde ele está para conseguir reunir e negociar. Então não sabemos ainda como lidar com essas novas formas de trabalho, não sabemos como mobilizar."

A CUT tenta organizar em Porto Alegre um sindicato de trabalhadores em aplicativos, mas a iniciativa ainda é incipiente. "A entidade está em processo de legalização, e tememos que o aplicativo possa querer desligar o cara que se filiar. Isso caracterizaria assédio? Seria uma prática antissindical? Tudo isso é novo, inclusive pra justiça. A realidade é que é uma mão de obra extremamente precarizada, só que os trabalhadores não concordam em ser chamados de precarizados; acham que são empreendedores", reflete Claudir.

“E agora as entidades dos trabalhadores se defrontam com uma nova pergunta: ‘Pra que serve o sindicato?’ Terão que convencer os trabalhadores a aderirem a um sindicato.”

Fernando Cotanda

Aplicativos – Com um simples clicar de botão, os softwares direcionam a oferta e demanda mercadológica, guiando moto-



FLAVIO DUJRA/JU

ristas e entregadores de aplicativos para quem requisita seus serviços. Desenvolvidos sob um novo espectro funcional, estabelecem novas relações de trabalho e modificam a ideia de chefe e empregado.

O termo uberização foi cunhado para caracterizar essa nova forma de gerenciamento e organização do trabalho. Embora o nome remeta a uma empresa, expõe uma tendência que perpassa o mundo do trabalho e que, de forma global, vem atingindo diversas ocupações. Para além das recentes ferramentas digitais, esse processo é remanescente de décadas de flexibilização trabalhista e vem, cada vez mais, tomando espaço.

A pesquisadora Ludmila Costhek Abílio, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, explica que o cerne dessa nova forma está na possibilidade de transformar o trabalhador em um nanoempreendedor de si próprio. "Esse nanogerente passa a estar desprovido de qualquer direito, proteção ou garantia. Ao mesmo tempo, ele passa a arcar com uma série de riscos dessa atividade", ressalta.

De acordo com a pesquisadora, a reforma trabalhista de 2017 auxiliou no avanço desse modelo gerencial. "Ela desconsidera que 50% do mercado de trabalho está na informalidade e promove uma informalização dentro do mercado formal." Ludmila acredita que vários elementos

dessa legislação eliminam mediações e proteções ao trabalho e viabilizam cada vez mais a ideia do trabalhador just-in-time, ou seja, o motorista pode ficar dez horas esperando uma corrida, mas esse tempo não é compreendido como de trabalho. "Você trata esse trabalhador como se ele fosse um fator de produção, utilizado no momento em que precisa ser acionado. Depois é desligado", complementa.

Constantemente avaliados, para esses trabalhadores a antiga figura do patrão se esvaiu; agora eles respondem a uma massa invisível que os qualifica e julga, opinando sobre cada ponto desempenhado. O aplicativo se coloca como um mediador, como uma presença distante que apenas propicia o encontro entre motoristas e passageiros – de fato, em nota, a Uber já elucidou tal postura com a seguinte afirmação: "É importante esclarecer que não é a Uber que contrata os motoristas, e sim eles que nos contratam". A ausência de um dirigente único a quem eram direcionadas as reivindicações e com quem se dava o diálogo dificulta a organização e a estruturação de movimentos sindicais.

O professor Cotanda analisa que, no momento, ainda há muito encantamento com a autonomia que, a seu ver, é, na verdade, uma autonomia instrumental. "Quem controla os preços é o aplicativo; o motorista

Cenário no país

Segundo a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, no Brasil existem 16.953 entidades sindicais, sendo 11.647 de trabalhadores e 5.306 de empregadores.

O IBGE aponta que, em 2017, 85% dos trabalhadores formais não eram filiados a nenhuma entidade.

não exerce nenhum controle. É uma ilusão achar que é um empreendedor como um capitalista tradicional. O que existe é uma relação de subordinação ao aplicativo."

Ludmila entende que a perspectiva governamental favorece esse modelo de trabalho. "Quando o presidente se elege, uma das primeiras coisas que ele fala é que o modelo do mundo do trabalho deve ser o trabalho informal. Isso que ele está falando não é uma besteira, é um projeto", pontua.

Emerson Trindade Acosta e Mélanie Ruppenthal, estudantes do 8º e 4º semestres de Jornalismo da UFRGS

Entenda a mudança na contribuição sindical

A reforma trabalhista de 2017 deu fim à obrigatoriedade da contribuição equivalente a um dia de trabalho. Agora a contribuição deve ser autorizada por cada trabalhador. O que está em discussão:

▶ ACORDADO X LEGISLADO:

a Reforma prevê que o acordo entre patrão e empregado se sobreponha à lei, e os sindicatos sustentam que uma assembleia pode representar a decisão dos trabalhadores. O governo federal editou a Medida Provisória 873, definindo que a autorização deveria ser individual de cada trabalhador, mas o texto não foi apreciado no tempo determinado e perdeu validade em julho.

▶ FORMA DE CONTRIBUIÇÃO:

a MP 873 ainda proibia o desconto da contribuição em folha, obrigando o pagamento por boleto. A ação prejudicava os sindicatos, que arcavam com os custos bancários. O PSL prepara projeto de lei que visa retomar o impedimento de desconto em folha.



Da extensão ao currículo

Políticas culturais Movimento incentiva que universidades deixem de trabalhar com a cultura apenas como atividade extracurricular e levem o tema para dentro da sala de aula

Fernanda da Costa
Jacira Cabral da Silveira

As crescentes discussões sobre as formas de fazer e fomentar a cultura dentro das instituições de ensino motivaram a criação de um movimento com o objetivo de levar o tema cada vez mais para o interior das salas de aula. Nas universidades federais, a mudança significa também deixar de pensar a cultura apenas como extensão, como atividade extracurricular. Nesta terceira reportagem da série sobre políticas culturais, o JU mostrará como professores e alunos trabalham a curricularização da cultura.

Ainda novo no país, o conceito parte de uma análise crítica sobre a visão tradicional de currículo, debate já iniciado na Universidade Federal do Cariri, no Ceará. José Robson Maia de Almeida, autor do artigo *As políticas e a curricularização da cultura na UFCA: o horizonte do plano de cultura*, explica que, durante muito tempo, predominou uma noção de currículo que “associava as disciplinas a um ensino puramente técnico e mecanicista, uma vez que o sistema industrial, as regras de produção em massa e o trabalho repetitivo estavam atrelados ao sistema de ensino”. Consequentemente, segundo ele, “o currículo se elaborava a partir de um viés burocrático, centrado na figura do professor e desprovido de qualquer reflexão”.

A partir das teorias críticas que se opunham à lógica técnica do currículo, que, conforme Almeida, baseavam-se em concepções marxistas, na Escola de Frankfurt e em estudos de autores importantes da década de 1960, como Bourdieu e Althusser, pesquisadores propuseram uma elaboração curricular que levasse em conta as concepções multiculturais e tivesse foco principal no sujeito. Chamadas de teorias pós-críticas, essas ideias incitaram um debate sobre a criação de currículos “com olhar para as questões étnicas, culturais, de gênero e demais elementos que tornam os indivíduos diferentes”, completa Almeida.

Para o autor, tais noções “nasceram a partir de movimentos advindos das inquietações, insatisfações e questionamentos relativos às ideias tecnicistas da lógica estabelecida pelo currículo tradicional, pois viam nesse contexto mecanismos de reprodução e legitimação do poder simbólico, que consequentemente geravam a reprodução das desigualdades sociais e educacionais”. Nesse contexto, Almeida explica que a curricularização da cultura emerge como uma proposta no

No Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) visitante observa detalhe de obra em exposição



FLAVIO DURRA/JU - AGO 2009

cenário das universidades brasileiras.

Em edital que propôs para incentivar os docentes a pensarem projetos a partir do conceito, a UFCA definiu a curricularização da cultura como “o processo pelo qual se busca a formação de estudantes e professores por meio da relação entre uma área do conhecimento e a cultura no seu sentido mais amplo”. Segundo Almeida, mesmo se configurando como uma ideia nova, algumas universidades já realizam ações que dialogam com a concepção.

Experiência prática – Na UFRGS, um exemplo da aplica-

ção prática da curricularização da cultura é a disciplina *Fundamentos de Filosofia e História da Ciência para a Educação Científica*, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Biológicas - Bioquímica, em dois módulos. O primeiro, chamado de Ciência e Arte: o Elo Perdido na Educação, ocorreu entre janeiro e fevereiro deste ano e atraiu cerca de 40 alunos. Entre eles, estavam acadêmicos de diferentes programas de pós-graduação, principalmente das áreas de saúde e educação, servidores técnico-administrativos da Universidade e estudantes de outras instituições de ensino superior.

Responsável pelas aulas, a professora Regina Guaragna afirma que vinha se questionando sobre o caráter excessivamente técnico e pouco humanista da formação acadêmica. Por isso, o objetivo ao propor a disciplina foi provocar a construção de uma visão mais questionadora da responsabilidade social do fazer científico. “A ciência se baseia em métodos rígidos que enrijecem o olhar do pesquisador, que acaba percebendo só aquilo que é semelhante. A ciência busca um consenso, uma unidade, algo universal, enquanto a arte estimula os alunos a ver o mundo de forma mais crítica”, resume.

As aulas foram desenvolvidas especialmente na Biblioteca do Instituto de Psicologia, no Câmpus Saúde, com atividades como a leitura de poesias. A turma também realizou visitas ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e a exposições fotográficas. Formada em Farmácia e mestre em Farmacologia de Produtos Naturais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gislaine Alves de Oliveira é doutoranda do PPG em Bioquímica e se inscreveu para a disciplina em busca de temáticas que fujam de sua formação farmacêutica. “Querida trazer para a minha prática o cruzamento da arte e da ciência”, justifica. Com tese voltada à área de ensino, afirma que a disciplina “cumprir o propósito de despertar para uma relação entre filosofia da arte e filosofia da ciência”. O segundo e último módulo da disciplina eletiva, intitulado *A Educação Científica na Pós-modernidade*, deverá ocorrer até o final do ano, completando as 60 horas-aula.

Ensino com cultura – A curricularização da cultura é uma das propostas do Plano de Cultura que a UFCA está elaborando. “É um termo novo, mas não é necessariamente uma prática nova. Um professor do curso de Engenharia de Materiais, por exemplo, dava aula de ligas metálicas com cutelaria, um aspecto cultural. É isso que a gente quer, reconhecer que algumas práticas tradicionais, populares e das artes são possíveis ferramentas em sala de aula”, explica Gustavo Ramos, pró-reitor adjunto de Cultura da instituição.

Para incentivar o ensino com cultura, a universidade criou um programa de fomento à curricularização, que fornece bolsa aos professores. Um dos projetos que integram a iniciativa é do curso de Medicina e tem o objetivo de mapear todas as mesinheiras da região do Cariri, mulheres que trabalham com plantas medicinais. A proposta do projeto, conforme Ramos, é pensar a saúde comunitária a partir do conhecimento tradicional dessas mesinheiras, figuras tradicionais da cultura popular cearense.

Outra ação que faz parte do programa é do curso de Agronomia. A ideia do projeto é trabalhar os conhecimentos da área a partir da gastronomia e do turismo local. “Os alunos saem da sala de aula para conhecer a produção gastronômica com os produtos locais. Não do chefe de cozinha, mas da dona de casa que faz galinha caipira e usa o frango da agricultura familiar”, conta Ramos.

Meu Lugar na UFRGS

Uma trajetória pioneira

“Pode entrar, é no final do corredor.” Assim Geni de Sales Dornelles nos convida para conhecer o Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA). No terceiro andar da Escola de Administração, chegamos a um corredor comprido com diversas salas, o que pode até confundir quem ali chega pela primeira vez, mas que Geni demonstra conhecer muito bem. Mesmo aposentada, a professora revela que não abandonou o CEPA e está sempre disposta a atender ex-alunos e ex-colegas, com quem mantém uma boa relação – inclusive segue participando das tradicionais festas de Natal do setor.

Quem transita pela Escola de Administração entre as salas de aula e a biblioteca pode não notar a sucessão de portas no terceiro andar, onde está o Centro, que se divide em diferentes repartições: a direção, a secretaria e, bem ao fundo, a sala de reuniões, com mapas de algumas cidades do estado nas paredes, logo acima dos computadores. É o lugar com que Geni se mostra familiarizada e no qual conta sobre os projetos realizados.

Durante seis anos foi diretora de toda a Escola e, por isso, relembra a rotina de coordenar pesquisas em diversos setores – públicos e privados. Ela afirma que o CEPA, que completou 60 anos em julho, é uma espécie de “célula mater, o lugar onde começou a Administração”, pois o curso foi criado em 1962 e, no Rio Grande do Sul, houve a participação direta do órgão na sua criação. Em questão de pioneirismo, Geni revela uma lista de trabalhos realizados pelo Centro: ela foi a primeira pessoa que coordenou uma pesquisa de opinião eleitoral no estado e também realizou pesquisa por telefone, já que o órgão foi contratado pela então Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

Naquela época, o CEPA se localizava na Faculdade de Ciências Econômicas, no Câmpus Centro. Sorri ao lembrar que faziam muitas coisas em um

pequeno espaço no quarto andar do prédio. Quando a Escola de Administração mudou-se para sede própria, no final dos anos 1990, Geni já tinha se aposentado à época da mudança, mas, como ela mesma conta: “Eu não consigo parar de trabalhar, nunca me desliguei totalmente daqui”.

Natural de Bento Gonçalves, Geni conta que a UFRGS era sua única chance de ingressar em uma universidade. Passou no vestibular em 1969 e em setembro daquele mesmo ano entrou para o Centro de Estudos e Pesquisa em Administração como entrevistadora. “Apareceu a oportunidade de fazer um estágio no CEPA, e um colega me avisou. Fiz a entrevista e passei em primeiro lugar. O Centro foi o espaço de trabalho que me acolheu quando eu cheguei em Porto Alegre”, lembra.

Confessa que somente quando entrou no CEPA é que foi aprender sobre metodologia da pesquisa científica, e por isso defende a academia e os centros de pesquisa. Segundo ela, é nesses espaços que está a ponta do pensamento. “As pessoas que passam por aqui andam pelas melhores universidades do mundo.”

“Minha vida no CEPA foi sempre o trabalho com projetos e pesquisas. Os projetos passavam, as pesquisas eram concluídas, equipes novas eram montadas. Muita gente passou por aqui”, recorda com um sorriso de orgulho. Quando perguntada sobre sua relação com o órgão, responde de pronto: “Minha trajetória na UFRGS foi quase toda no CEPA”. Geni também revela que se realizou profissionalmente dentro da academia e ressalta a importância dos espaços de pesquisa, de se aproximar o conhecimento acadêmico da comunidade: “Acho que todas as pessoas deveriam passar pela universidade”, enfatiza.

Karoline Costa,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Espírito solidário

Júlia Machado Formada em Medicina, ela atende comunidades indígenas

Desde o início deste ano, Júlia atende comunidades indígenas Mbyá Guarani em cinco municípios: Osório, Maquiné, Terra de Areia, Torres, Caraá e Riozinho. Formada em 2017, ingressou em Medicina na UFRGS em 2011, mas, diferente de muitas colegas, ela não acalentava o sonho de ser médica desde criança. Tampouco tinha entrado em contato com indígenas antes de conquistar a vaga na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), no programa Mais Médicos, amplamente conhecido pela atuação de médicos cubanos até o final do ano passado. Sempre gostou de estudar e, durante o ensino básico, por pertencer à família de religião luterana, estudou no colégio da Ulbra de Canoas e, posteriormente, no Colégio Unificado.

No ciclo básico do curso, Júlia Dauernheimer Machado se envolveu em diversos projetos de pesquisa, já que esse é o período mais teórico da graduação. Não importava muito a linha de pesquisa, ela estava envolvida. Só que, nos anos finais da graduação, começou a entrar em conflito com a escolha. É que, de certa forma, não se sentia pronta para a clínica e a prática da medicina e pensou em mudar de curso. Para dar um tempo e refletir sobre isso, em 2014, foi estudar na Holanda pelo programa Ciências Sem Fronteiras. Apesar de ter gostado da experiência, Júlia se deu conta de que era muito mais brasileira do que podia imaginar. “Me despertou a vontade de voltar para o Brasil; percebi que meu lugar é aqui. Quando voltei, decidi encarar a prática e aplicar meu conhecimento para atender os pacientes da melhor forma possível.”

Diferentemente de alguns colegas, Júlia não quis pensar imediatamente em residência médica após a formatura, mas cogita iniciar a formação em Saúde da Família no futuro. “Estava um pouco cansada de tanta academia, quero aproveitar a prática, porque estou aprendendo muito e também estou conseguindo cuidar melhor de mim.” Pelo menos duas vezes na semana, ela pratica yoga pela manhã e natação depois do



FERNANDA DA COSTA/JU

expediente, algo que ela não conseguia fazer durante a graduação.

O atendimento a comunidades indígenas, salienta, tem lhe proporcionado diversos aprendizados. Júlia conta que, antes de trabalhar com os Mbyá Guarani, não imaginava que no Rio Grande do Sul existiam pessoas que não falam, ou que falam pouco, o português. “Temos uma ideia muito errada das populações indígenas.” Um dos maiores desafios, para ela, é transpor as barreiras do idioma. Por outro lado, um dos momentos mais mágicos da profissão é sentar com eles e tomar um chimarrão. “Você só aprende as especificidades das populações com a conversa.”

A falta de atenção no curso de medicina justamente com as populações mais vulneráveis e marginalizadas é algo que incomoda a jovem. “Fico chocada que não estudamos com profundidade os que mais precisam da saúde pública. Por exemplo, os indígenas são magros; você não precisa, no geral, ficar pedindo exame para diabetes. Precisamos levar em conta o que eles precisam, e isso só estou aprendendo na prática!”

Com forte espírito coletivista – uma das suas últimas leituras foi a escritora e feminista negra Angela Davis –, Júlia ainda pretende se unir a grupos políticos organizados, porque acredita que, além de ser feminista e vegetariana, é preciso também atuar em

conjunto com seus pares e, assim, enfrentar as dificuldades e desigualdades do país. “Sempre faço leituras sobre assuntos que acho que não domino e raramente leio algo para relaxar; isso pode até ser um problema”, diz em tom de brincadeira.

Para ela, a medicina é mais do que ganhar dinheiro. “Acho que podemos retribuir ao menos um pouco trabalhando no SUS, já que tivemos uma formação gratuita. O dinheiro não pode ser o único objetivo. Vejo muita gente querendo ser anestesista porque dá dinheiro, mas há tantos anestesistas... Quais especialidades a sociedade está precisando?”, questiona. Fora do trabalho, que ocupa boa parte de seu tempo, Júlia gosta de passar um período com a família. Costuma ir a eventos artísticos e culturais com a mãe e adora um show ao vivo. Com a voz mansa, conta que os aprendizados da fase que está vivendo vão muito além do tratamento de doenças. Foi numa de suas viagens diárias entre os municípios do litoral que conheceu Caraá. “É lindo! Provavelmente não conheceria sem esse trabalho. Estou sempre vendo paisagens maravilhosas e aprendendo sobre as culturas dos povos nativos.”

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Caminhos e encruzilhadas

TEXTO CLARICE SPERANZA
FOTOS FLÁVIO DUTRA

Como escrever a história dos trabalhadores? Essa pergunta tem alimentado reflexões e debates entre historiadores do mundo todo. Há muito que a compreensão da experiência do trabalho deixou de ser mera narrativa histórica das associações e partidos operários. Aprendemos que os trabalhadores são sujeitos e agentes, e não apenas indivíduos passivos, dominados por estruturas sociais – o que, por outro lado, não significa negar ou menosprezar tais estruturas. Aprendemos que eles têm cultura própria ou, pelo menos, elementos culturais próprios, e que conceitos como *gênero*, *raça* e *etnicidade* não podem ser deixados de lado ou considerados menos relevantes que classe. Nas últimas décadas, a história do trabalho se esforçou para derrubar uma série de mitos em relação aos trabalhadores nacionais. Talvez o mais notável seja o mito do operário manipulado por um Estado demiurgo. Pelo contrário, os trabalhadores souberam, ao longo dos anos, construir e defender espaços importantes de atuação social, econômica e política. Esses caminhos e encruzilhadas foram discutidos no V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, na IX Jornada Nacional e na IX Jornada Regional de História do Trabalho, realizados na UFRGS em setembro de 2018. As conferências e palestras do evento foram reunidas no livro *História do Trabalho: debates, caminhos e encruzilhadas*, que terá distribuição gratuita. As imagens desta página integram a arte da capa da publicação e registram uma das formas tradicionais de deslocamento de trabalhadores no Vale do Sinos, na Grande Porto Alegre: a bicicleta. Nas páginas 8 e 9 desta edição, o JU aborda em reportagem a questão sindical na atualidade, assim como os novos perfis no mundo do trabalho.